

TRINCHEIRA ESTUDANTIL

Boletim da Oposição Classista e Combativa
www.oposicaocc.blogspot.com | oposicaoufc@gmail.com



Nº 01 - Junho de 2012

BARRAR A OFENSIVA NEOLIBERAL COM A GREVE GERAL NA EDUCAÇÃO

A Greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), convocada pela ANDES-SN, teve início em 17 de maio de 2012 e até agora já são mais de 50 instituições em greve por tempo indeterminado. Acompanhando a Greve docente, estudantes de no mínimo 30 Universidades Federais também deflagraram Greve Estudantil. A FASUBRA, entidade nacional dos servidores das Universidades Públicas orientou seus sindicatos locais para a greve a partir do dia 11/06 e dia 13 foi deflagrada a greve dos trabalhadores (Professores e Técnico-administrativos) federais da educação básica, profissional e tecnológica, base do SINASEFE organizada no Ceará pelo SindsIFCE.

Lula e Dilma se elegeram tendo que assumir como condição de suas gestões a continuidade do projeto global de reforma neoliberal do Estado e de compromisso deste com as demandas de uma economia capitalista em franca crise. Assim, seguem operando na lógica de enxugamento dos gastos públicos, a exemplo dos históricos cortes orçamentários de 2011 e 2012 na ordem de 50 e 55 bilhões de reais respectivamente (na educação foram mais de 5 Bilhões!), na manutenção do pagamento inacabável da rolagem da dívida pública e da isenção fiscal e facilidades de instalação de empresas privadas (como Universidades Pagas) etc.

Em 2007 o Governo Lula aprovou o famigerado REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades). Ele é seu carro-chefe e integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo este o documento guia do programa neoliberal

“Todos Pela Educação” (da Rede Globo, Gerdau etc.). O REUNI procede com uma política de inchaço das universidades, pois possibilitou o aumento do número de matrículas em quase 100% sem, no entanto, prever na mesma medida a contratação de professores e servidores, nem expansão da infraestrutura (como salas de aula, bandejões, moradias universitárias etc.), muito menos da assistência estudantil, fundamental aos estudantes pobres. A privatização dos Hospitais Universitários é a ponta do iceberg da dialética precarização/privatização do Governo Dilma/PT para a Educação.

Assim, o REUNI operou uma expansão sem qualidade, gerando efeitos como a sobrecarga de trabalho docente, dissociações entre ensino-pesquisa-extensão devido às extenuantes horas-aula exigidas em sala, aumento de professores temporários, incapacidade de atendimento com as parciais políticas de Assistência Estudantil etc. E isto não é apenas um “problema financeiro”, como pretendem argumentar alguns governistas, mas sim uma opção política bem definida pelo Governo. Se nossas expectativas anteriores à aprovação do REUNI eram ruins, pois só previa aumento de 20% de verba para 100% de expansão, sua prática se demonstrou um inferno: apenas 46% dos 3,5 milhões de metros quadrados de obras previstas foram concluídas; da meta de aplicação até 2011 em R\$ 5.2 bi, apenas R\$ 2.8 bi foram empregados, de acordo com o Portal da Transparência. Ou seja, o Governo pretendia um “aproveitamento” das poucas condições de infraestrutura e pessoal já existente, casando isto com seu projeto neoliberal-desenvolvimentista.

CONSTRUIR PELA BASE A GREVE GERAL NA UFC

A greve na UFC deveria ter começado a ser encaminhada no dia 10 de maio, mas as sucessivas investidas da ADUFC foram bloqueando o movimento grevista de ser deflagrado antes. O sindicato dos docentes da UFC atualmente é filiado a entidade governista PROIFES. Esta entidade é ligada ao governo Dilma/PT-PMDB e tem impedido o início da greve em vários pontos do Brasil. A nível nacional é praticamente a base do ANDES que está levando a greve adiante. A greve foi decretada depois de duas assembleias gerais e um plebiscito a favor do movimento paredista. A UFC foi então a última universidade federal do Nordeste a entrar em greve, mostrando o poder de embarreiramento que o PROIFES possui no Ceará em relação a mobilização do ANDES.

Na assembleia do sindicato dos servidores técnico-administrativos da UFC (SINTUFC) do dia 11 de junho foi decidida a greve por tempo indeterminado. As reivindicações são específicas e gerais como aumento no piso salarial, contra a terceirização e por concurso público, jornada de trabalho de 30hs sem redução salarial, 10% do PIB para a educação e contra a precarização do trabalho no Complexo Hospitalar Universitário. Vários trabalhadores interviram na assembleia conclamando a união de professores e estudantes no processo

paredista como forma de fortalecer a luta por uma educação de qualidade. Foi lembrado também a necessidade de incorporar os terceirizados se queremos construir uma verdadeira paralisação na UFC, pois muitas vezes é o terceirizado que trabalha quando os servidores estão em greve. Assim, por maioria os trabalhadores do IFCE votaram por retomar a greve. Retomar pois em 2011 o SINASEFE foi o único sindicato a entrar em greve quando Andes e Proifes aceitaram a proposta rebaixada de 4% e incorporação de duas gratificações, deixando assim o SINASEFE sozinho na luta.

Nós, estudantes em geral, temos o dever histórico de fornecer não só o apoio às categorias paralisadas, mas também devemos desenvolver um protagonismo estudantil em nossas próprias pautas e nas bandeiras transversais de professores, servidores e dos trabalhadores em geral. Nesse sentido, é importante ressaltar o papel desmobilizador que a atual gestão governista do DCE-UFC cumpre frente as demandas do Movimento Estudantil, pois se ausenta de denunciar nas bases os sucessivos ataques que o governo Dilma/PT vem desferindo, despolitizando e desarmando os potenciais estudantis críticos e combativos, ao primarem por um modus operandi “lúdico”, coisa que a UNE e suas festas são peritas em fazer.

Além disso, não podemos deixar de citar o papel aparelhista dos paragonistas (ligados ao PSOL e ao PSTU), que se por um lado não defendem abertamente as políticas do governo, por outro reproduzem por tabela muitas de suas práticas, ao priorizarem métodos parlamentares e legalistas de reivindicação, como por exemplo seus ineficazes abaixo-assinados, ou a defesa pelos 10 % do PIB (aumento esse que será em boa parte destinado ao ensino privatizante e mercadológico).

Somos contra a dinâmica da disputa da entidade com um fim em si mesmo, tão em voga nas práticas do Movimento Estudantil, reproduzindo as práticas burocráticas do parlamento burguês a esfera do Movimento Estudantil. Devemos sim lutar por representatividade nos CA's, DCE's, mas afirmamos que as respectivas gestões destas instâncias devem ser fruto de um acúmulo politizador e mobilizador nas bases, junto ao cotidiano dos estudantes e suas respectivas demandas.

As universidades federais não são uma ilha em meio as políticas neoliberais do governo Dilma/PT-PMDB, portanto elas sofrem as consequências destas políticas. Se materializam na falta de estrutura nos cursos, como por exemplo na falta de laboratórios

UNIR ESTUDANTES, SERVIDORES, PROFESSORES E TERCEIRIZADOS

Precisamos compreender de forma global os problemas que atingem a Educação, isso significa entender que estes envolvem os professores, servidores, estudantes e terceirizados dos estabelecimentos de ensino e que a solução dos problemas exige a mobilização de todas essas categorias unificadas em luta. Para isso, os estudantes devem abraçar como sua a luta dos professores (como plano de carreira, melhores condições de trabalho, incorporação das gratificações e recuperação salarial) e terceirizados (como efetivação e abertura de concursos); bem como os docentes devem defender as pautas estudantis (assistência estudantil, maior financiamento para educação pública, democracia nas universidades etc). Assim, apoiamos a luta dos professores por melhores salários, mas também contra a precarização da universidade pública, contra o repasse de dinheiro público para o ensino superior privado, pela efetivação dos professores e servidores terceirizados e abertura de concursos públicos.

UNA-SE À OCC: PELA REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PELA BASE!

A Oposição Classista e Combativa/RECC ao DCE da UFC (OCC/DCE-UFC) surge diante da necessidade histórica de se retomar antigos valores militantes e práticas políticas que nortearam estudantes e trabalhadores ao longo de suas lutas reivindicativas. Neste sentido, afirmamos que devemos realizar um resgate do que há de melhor no passado, não como forma de reinterpretação saudosista, mas para realizar na conjuntura atual lutas e estratégias livres de práticas parlamentaristas/burocráticas, bem como livres de ferramentas de análise da realidade que caíam no paradigma pós-moderno

no curso de engenharia de petróleo, na ausência de aulas práticas na Gastronomia, na precarização dos restaurantes universitários e nas infra-estruturas gerais, como o super-atrasado edifício do ICA. Isso prova por A + B que a expansão feita pelo REUNI foi uma expansão de fachada, aumentando o número de vagas sem que a universidade tivesse estrutura para a demanda ofertada, o que gerou sobrecarga do trabalho docente. Tivemos então um aumento de 20% da verba para 100% de expansão quantitativa, gerando a criação de cursos sem estrutura, a expansão do EAD (principalmente para as licenciaturas), a redução da extensão-pesquisa docente, visto que o REUNI exige mais tempo em sala de aula, entre tantos outros problemas que estão sob o escopo do PNE (Plano Nacional de Educação), programa esse que visa aprofundar as privatizações educacionais ao longo desta década, em todos os níveis e em todas as categorias.

Também não podemos deixar de citar a verticalização das decisões políticas na UFC, como acontece nas eleições anti-democráticas para reitor, em que o peso dos estudantes é rebaixado a migalhas perante a despótica decisão presidencial na escolha desse representante.

Defendemos uma aliança em que estudantes, professores, servidores e terceirizados protagonizem Assembleias Comunitárias locais, regionais e nacional com delegados imperativos e revogáveis eleitos nas bases para a efetivação da unidade. Devemos também levantar as bandeiras do movimento estudantil, que está em estágio de reorganização nacional, e só organizados pela base conseguiremos apoiar à luta dos trabalhadores do ensino e conquistar nossas próprias demandas. Uma ação coerente com os desafios postos significa, na atual conjuntura, a preparação de uma Greve Estudantil em todas as Federais, construindo um Comando Nacional de Greve Estudantil (CNGE) e convocando os terceirizados para a greve articulando-os à base grevista da ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE, na construção da **GREVE GERAL NA EDUCAÇÃO**.

da culturalização da política e do relativismo. Nos reivindicamos assim, como oposição ao DCE da UFC, mas não apenas à gestão atual, mas a todo um modelo de atuação política disseminado no movimento estudantil (ME) e materializado hoje no DCE da UFC e demais entidades que seguem a sua política parlamentarista. Para isso, propomos a ação política direta contra a ofensiva neoliberal que se dá hoje na Educação. E que a combatividade, o protagonismo estudantil e o classismo sejam as nossas palavras (e ações) de ordem.

**ABAIXO O NOVO PNE NEOLIBERAL DE DILMA/PT-PMDB!
POR UMA EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA!**

PLENÁRIA DA OCC
22 de junho as 17:30h
no Puleiro (CH-2 UFC)

